

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 35, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – 2019 da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – 2019 da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo único a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAINT) – 2019 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

Anexo único da Resolução nº 35/2018 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 12 de dezembro de 2018

Palmas/TO
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
AUDITORIA INTERNA

Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Sala 19, Bloco IV, Reitoria | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4111 | audin@uft.edu.br | www.uft.edu.br/audin



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - PAINT

Exercício 2019

PALMAS, OUTUBRO DE 2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABR – Auditoria Baseada em Riscos

AUDIN – Auditoria Interna

CAR – Câmpus de Arraias

CAUG – Câmpus de Gurupi

CAUM – Câmpus de Miracema

CAUT – Câmpus de Tocantinópolis

CPN – Câmpus de Porto Nacional

CUAR – Câmpus de Araguaína

CUP – Câmpus de Palmas

CGU – Controladoria Geral da União

CONSUNI – Conselho Universitário

COPESE – Comissão Permanente de Seleção

COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

DAC – Diretoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas

DAE – Diretoria de Assistência Estudantil

DAP - Diretoria de Acompanhamento de Programas

DCF – Diretoria de Contabilidade e Finanças

DDP – Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas

DESMAN – Diretoria de Engenharia, Arquitetura, Serviços Continuados, Manutenção Predial e Equipamentos

DEXT – Diretoria de Extensão e Cultura

DGO – Diretoria de Gestão Orçamentária

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DIPLAN – Diretoria de Planejamento e Avaliação

DIRAD – Diretoria Administrativa

DIRCA – Diretoria de Registro e Controle Acadêmico

DIRPESQ – Diretoria de Pesquisa

DIRPOS – Diretoria de Pós-graduação

DPEE – Diretoria de Políticas e Programas Especiais em Educação
DRADIO – Diretoria da Rádio
GR – Gestão de Riscos
MR – Matriz de Riscos
OUV – Ouvidoria Geral
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PPP – Plano de Providências Permanente
PROAD – Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PROAP – Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento
PROEST – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGEDEP – Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PU – Prefeitura Universitária
STI – Superintendência de Tecnologia da Informação
SUCOM – Superintendência de Comunicação
TCU – Tribunal de Contas da União
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFT – Universidade Federal do Tocantins

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Equipe da Auditoria Interna em 01 de outubro de 2018	7
Figura 2 – Indicadores para hierarquização dos riscos	8
Figura 3 – Matriz de risco	16
Figura 4 – Tabela das áreas de risco.....	16
Figura 5 – Matriz de Risco das Áreas.....	18
Figura 6 – Hierarquização no nível estratégico.....	18
Figura 7 - Hierarquização no nível tático.....	19
Figura 8 - Hierarquização dos campus.....	19
Figura 9 – Escalas de probabilidade e impacto	19
Figura 10 – Escala de nível de risco	20
Figura 11 – Hierarquização por assunto do estoque de recomendações.....	20
Figura 12 – Matriz de risco por assunto de recomendações emitidas	21
Figura 13 – Previsão de ações de capacitação – Audin/UFT	28

ÍNDICE

2. A INSTITUIÇÃO	5
3. A AUDITORIA INTERNA	6
3.1. Estrutura.....	6
3.2. Recursos Humanos	6
3.3. Recursos Materiais e Sistemas Disponíveis.....	7
4. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE AUDITORIA	7
5. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019	23
6. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PREVISTAS	28

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT é a ferramenta de planejamento utilizada para descrever as atividades que serão desenvolvidas pela Auditoria Interna em um período determinado, sendo geralmente o exercício subsequente.

A elaboração do planejamento é pautada nos preceitos da Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, principalmente do seu art. 4º, onde trata que o PAINT deverá conter, no mínimo a relação dos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco, com a descrição dos critérios utilizados para a sua elaboração; a identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos; e a estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.

Desde 2014 o PAINT é elaborado de acordo com a auditoria baseada em riscos, metodologia desenvolvida pela auditoria interna da UFABC e utilizada como parâmetro para a definição das atividades de auditoria. A metodologia consiste na hierarquização das ações a serem realizadas de acordo com a visão dos gestores dos níveis estratégico, tático e operacional e da auditoria interna. Devido às dificuldades encontradas pela equipe de auditoria em recolher as informações no nível operacional, optou-se então por utilizar a visão dos gestores dos níveis estratégico e tático, até que os conceitos de risco e gestão de riscos estejam completamente disseminados no ambiente da instituição. A fim de colaborar com o fomento da gestão de riscos na universidade, a auditoria interna vem utilizando a metodologia descrita acima antes mesmo de ter sido implementada a GR na instituição, no intuito de tornar os gestores cientes dos riscos e buscar mecanismos para tratá-los.

2. A INSTITUIÇÃO

Instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Educação destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente (Artigo 207 da Constituição Federal).

Atualmente, conta com mais de 20 mil alunos, em sete câmpus universitários, a UFT mantém 62 cursos de graduação, além de dezenas de cursos de especialização, 21 mestrados acadêmicos, 12 mestrados profissionais e 6 doutorados, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior

Sua **missão** é *formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal* (conforme redação dada pelo Planejamento Estratégico 2014-2022).

Sua **visão** é *ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão* (idem).

São **valores** da UFT:

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade;
- Criatividade e inovação;
- Responsabilidade social;
- Equidade.

Por fim, os grandes **pilares estratégicos** da Instituição, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2020) são:

- Atuação sistêmica;
- Articulação com a sociedade;
- Aprimoramento da gestão;
- Valorização humana.

3. A AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é o órgão técnico de assessoramento da gestão com subordinação hierárquica ao Conselho Universitário e técnica ao Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo. É responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e realizar a interlocução com os órgãos de controle interno e externo.

Deve, ainda, propor ações de natureza fiscalizatória, avaliação, controle, monitoramento e assessoramento com base em técnicas e procedimentos definidos por órgãos internacionais e adequados à realidade da instituição, utilizando-se dos programas e planos de auditoria.

3.1. Estrutura

A Auditoria Interna tem suas finalidades, objetivos e competências descritos no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Consuni nº 23, de 16 de dezembro de 2014

3.2. Recursos Humanos

O quadro da Audin é composto pelos seguintes servidores:

Figura 1 – Equipe da Auditoria Interna em 01 de outubro de 2018

Nome	Cargo/Função
Karina Mosel Paixão	Administradora/Coordenadora de Auditoria Interna
Dilson Pereira dos Santos Júnior	Auditor
Fabiene de Fátima Ferreira Nunes ¹	Administradora/Auditora Interna
Rita de Cássia Alves Oliveira	Administradora/Auditora Interna

Fonte: AUDIN/UFT

3.3. Recursos Materiais e Sistemas Disponíveis

Com o novo modelo de distribuição da matriz orçamentária, a Auditoria Interna tornou-se uma UG – unidade gestora e, para o exercício de 2019 o orçamento previsto é de R\$ 13.300,00. A unidade conta ainda com o mobiliário mínimo para o desenvolvimento dos trabalhos, sendo que ainda há a necessidade de mais um computador para que todos da equipe tenham acesso individualizado aos trabalhos e possa desenvolver suas atividades. Os computadores disponíveis estão todos ligados à internet e possuem acesso aos sistemas do Governo Federal e às demais informações disponíveis na rede.

4. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE AUDITORIA

O Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna – PAINT para o exercício de 2019 leva em consideração toda a legislação referente ao planejamento das atividades de auditoria, bem como as informações e metas disponíveis no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2020, e a metodologia da Auditoria Baseada em Riscos – ABR, que foi idealizada pela equipe de auditoria da Universidade Federal do ABC e compartilhada nos treinamentos e fóruns de auditoria, adaptada à realidade da UFT.

Há a necessidade de se utilizar a abordagem da auditoria baseada em riscos tendo em vista não só a função de assessoramento da Audin e o atendimento dos normativos legais, mas principalmente pelo fato de que ao fazer uso deste método, tem-se a identificação das áreas que devem ser auditadas e a vulnerabilidade pertinente a cada uma delas e mesmo considerando a impossibilidade de uma percepção completa do risco, a estimativa dele é considerada importante subsídio ao planejamento e direcionamento dos trabalhos de auditoria interna.

Uma vez mensurados os riscos das unidades administrativas, será construída uma Matriz de Riscos – MR com a classificação das áreas segundo sua vulnerabilidade. O referido documento subsidiará a elaboração do PAINT 2019, que será elaborado com base na análise dos riscos inerentes a cada um dos setores, levando-se em conta o montante e a natureza dos recursos geridos por cada uma das áreas sua criticidade, de acordo com as recomendações pendentes do Sistema Monitor e os demais indicadores (indicadores desenvolvidos pela auditoria interna da Universidade Federal de Alfenas – Unifal e adaptados para a UFT) listados a seguir, que norteiam a seleção das áreas a serem auditadas.

¹ Servidora pertencente ao quadro da Audin afastada para capacitação – Mestrado.

Figura 2 – Indicadores para hierarquização dos riscos

INDICADOR	PARÂMETRO DE ANÁLISE
1 - A execução do processo/ação envolve arrecadação de recursos	Quanto mais recurso arrecadado, mais relevante
2 - Processo/ação encontra aderência ao PDI	Quanto maior a aderência, mais relevante
3 - Quantidade de recomendações emitidas pelos órgãos de controle (TCU, CGU e Audin)	Quanto mais recomendações, mais relevante
4 - Grau de atingimento das metas estabelecidas para o exercício vigente	Quanto mais longe da meta, mais relevante
5 – Resposta ao questionário para hierarquização	Sem resposta, mais relevante

Fonte: Audin/Unifal, com adaptações

Assim, o procedimento realizado pela Audin resultará em uma matriz que se propõe a:

- subsidiar o planejamento dos trabalhos de auditoria, quando da elaboração do PAINT, na definição do escopo da análise e no direcionamento geral dos trabalhos;
- contribuir para a análise da gestão;
- prover informações gerenciais;
- subsidiar a tomada de decisões; e
- promover um melhor conhecimento sobre o sistema de controle interno da UFT.

Os riscos devem ser avaliados da seguinte forma:

- identificação das unidades administrativas da UFT passíveis de auditoria;
- avaliação do risco correspondente a cada área, segundo as visões do gestor e do auditor;
- estabelecimento de classificação em função do grau de risco;
- identificação de processos chaves e críticos geridos pelas unidades administrativas;
- aplicação dos indicadores;
- elaboração do plano anual de auditoria baseado na avaliação de riscos.

Dessa forma, a avaliação de risco será obtida mediante dados provenientes dos gestores do nível estratégico e tático, e da percepção da equipe da Auditoria Interna. Tais informações têm por finalidade respaldar a tomada de decisões referente ao escopo dos trabalhos de auditoria no exercício de 2019.

Existem diversas formas de classificar os riscos inerentes aos processos organizacionais da instituição. Os fatores de risco utilizados neste projeto foram baseados em

AUDITORIA INTERNA

questionário formulado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, convencionado de maneira a proporcionar amplitude e generalidade. Desse modo, o padrão de questões adotado permite sua aplicação junto aos gestores, a fim de que se conheça a magnitude do grau de risco relativo a cada área da UFT segundo a ótica da própria gestão.

Por sua vez, cada um dos cinco fatores de risco previstos na metodologia COSO e utilizada pelo TCU (ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento) se subdivide em afirmações a serem analisadas, às quais serão atribuídos pesos iguais na avaliação.

A avaliação do risco pelo gestor ocorrerá por meio da aplicação do modelo descrito a seguir. Cumpre ressaltar que neste momento apenas serão analisadas as unidades administrativas em nível estratégico e tático, quais sejam:

1. Reitoria;
2. Vice-reitoria;
3. Comissão Permanente de Seleção – Copese;
4. Ouvidoria Geral;
5. Prefeitura Universitária;
6. Diretoria de Engenharia, Arquitetura, Serviços Continuados, Manutenção Predial e Equipamentos;
7. Superintendência de Comunicação;
8. Diretoria da Rádio;
9. Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento - Proap;
10. Diretoria de Avaliação e Planejamento;
11. Diretoria de Orçamento;
12. Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Progedep;
13. Diretoria de Gestão de Pessoas;
14. Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas;
15. Pró-reitoria de Administração e Finanças – Proad;
16. Diretoria Administrativa;
17. Diretoria de Contabilidade e Finanças;
18. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – Proest;
19. Diretoria de Acompanhamento de Projetos;
20. Diretoria de Assistência Estudantil;
21. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – Proex;
22. Diretoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas;
23. Diretoria de Extensão e Cultura;
24. Pró-reitoria de Graduação – Prograd;

25. Diretoria de Políticas e Programas Especiais em Educação;
26. Diretoria de Registro e Controle Acadêmico;
27. Diretoria de Tecnologias Educacionais;
28. Superintendência de Tecnologia da Informação;
29. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - Propesq;
30. Diretoria de Pesquisa;
31. Diretoria de Pós-graduação;
32. Campus de Araguaína;
33. Campus de Arraias;
34. Campus de Gurupi;
35. Campus de Miracema;
36. Campus de Palmas;
37. Campus de Porto Nacional;
38. Campus de Tocantinópolis.

A seleção dos servidores para participar do processo de avaliação das áreas na UFT ocorreu em critérios estabelecidos pela equipe da Audin, com a finalidade de eliminar a subjetividade na escolha.

Para as áreas consideradas de nível estratégico (pró-reitorias, superintendências, prefeitura universitária e direção de campus) foram selecionados os servidores ocupantes dos cargos de pró-reitor, superintendente, prefeito universitário e diretor de campus. Já para o nível tático (diretorias) foram selecionados os servidores que detêm o cargo de diretor. Dessa forma, segue o questionário a ser aplicado a cada um dos gestores responsáveis por cada uma das áreas a serem analisadas:

FATORES A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO
Ambiente de Controle	GESTOR
1. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela área são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da área.	
2. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão formalizados.	
3. Há mecanismos que garantam ou incentivam a participação dos servidores dos diversos níveis da estrutura da área na elaboração dos procedimentos das instruções operacionais.	
4. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	
5. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da área.	
6. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela área.	
Subtotal por Fator de Risco	
Avaliação de Risco	GESTOR
7. Os objetivos e metas da área estão formalizados.	
8. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da área	

9. É prática da área o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	
10. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	
Subtotal por Fator de Risco	
Procedimentos de Controle	GESTOR
11. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da área, claramente estabelecidas.	
12. As atividades de controle adotadas pela área são apropriadas, funcionam consistentemente e possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam resultar de sua aplicação.	
Subtotal por Fator de Risco	
Informação e Comunicação	GESTOR
13. A informação relevante para a área é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente aos interessados.	
14. As informações consideradas relevantes pela área são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao pessoal da área tomar as decisões apropriadas.	
15. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da área, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	
Subtotal por Fator de Risco	
Monitoramento	GESTOR
16. O sistema de controle interno da área é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	
17. O sistema de controle interno da área tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas.	
18. O sistema de controle interno da área tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	
Subtotal por Fator de Risco	
PONTUAÇÃO TOTAL	

Valores da avaliação (adaptação da escala de Likert sem o elemento central)
(0) Concordo Totalmente
(1) Concordo em grande parte, mas não totalmente.
(2) Não concordo em grande parte, mas não totalmente.
(3) Não concordo totalmente

- Concordo totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada;

- Concordo em grande parte, mas não totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada, porém, **em sua maioria**;

- Não concordo em grande parte, mas não totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada, porém, **em sua minoria**;

- Não concordo totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da área avaliada.

A pontuação para os itens contemplados em cada fator de risco poderá variar no intervalo de 0 a 3, considerando as graduações da escala de Likert sem o elemento central. Assim, os pontos deverão ser atribuídos de acordo com a percepção do avaliador quanto à resposta apropriada para cada afirmação.

A consolidação dos dados para análise de risco será realizada em planilhas que serão desenvolvidas pela Auditoria Interna.

O segundo componente do processo de avaliação das áreas é a percepção do auditor, que consiste no estabelecimento de 7 questões pertinentes à atuação da Auditoria Interna, que serão analisadas conforme critérios de pontuação pré-definidos, podendo o somatório variar de 0 até 100 e aplicação dos indicadores previamente identificados e definidos. Com fundamento na Seção II do Capítulo VI do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as variáveis básicas utilizadas para a planificação dos trabalhos de auditoria são:

- Materialidade: leva em consideração o montante dos recursos orçamentos e financeiros envolvidos;
- Relevância: importância relativa ou papel desempenhado por determinada questão, situação ou unidade; e
- Criticidade: refere-se aos elementos de vulnerabilidade ou riscos potenciais.

Questões:

1) A área executa processos críticos (volume financeiro) ou chaves (relacionados com atividades finalísticas da instituição)?

(0) não

(2) sim

2) Quando foi a última vez que a área foi auditada?

(0) nos últimos 6 meses

(1) no intervalo de 6 a 12 meses

(2) no intervalo de 12 a 24 meses

(4) há mais de 2 anos

(5) nunca

3) Qual o montante de recursos orçamentários movimentado pela área?

(0) de R\$ 0,00 a R\$ 100.000,00

(1) de R\$ 100.000,01 a R\$ 1.000.000,00

(2) de R\$ 1.000.000,01 a R\$ 10.000.000,00

(4) de R\$ 10.000.000,01 a R\$ 50.000.000,00

(5) acima de R\$ 50.000.000,00

4) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, como são avaliados os controles internos da área?

(0) ótimos

(5) bons

(2) razoáveis

(4) frágeis

(5) muito frágeis

5) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, as informações disponibilizadas pela área, nos mais variados meios, são dotadas de qualidade e propiciam uma comunicação adequada com interessados?

(5) frequentemente

(10) algumas vezes

(15) raramente

6) Qual a probabilidade e o impacto de riscos à imagem da UFT nos processos executados pela área?

(0) baixa probabilidade e baixo impacto

(5) alta probabilidade e baixo impacto

(10) baixa probabilidade e alto impacto

(15) alta probabilidade e alto impacto

7) A área costuma acatar/implementar recomendações feitas pela Auditoria Interna e pelos órgãos de controle (CGU e TCU)?

(0) não houve recomendação

(1) sempre acata

(2) frequentemente acata

(3) algumas vezes acata

(4) raramente acata

(5) nunca acata

8) A área arrecada recursos?

(0) não

(2) sim

9) A área possui processos/ações com aderência ao PDI?

(0) não

(2) sim

10) Quantas recomendações foram emitidas para a área?

- (0) nenhuma
- (5) no intervalo de 1 a 5
- (10) no intervalo de 6 a 10
- (15) 11 ou mais

11) Qual a porcentagem de metas do PDI atingidas?

- (25) no intervalo de 0% a 25%
- (15) no intervalo de 25,01% a 50%
- (5) no intervalo de 50,01 a 75%
- (0) no intervalo de 75,01% a 100%

12) A área apresentou resposta ao questionário aplicado pela Audin para a hierarquização dos riscos?

- (0) sim
- (2) não

A Matriz de Risco contém a pontuação correspondente ao grau de risco das unidades administrativas avaliadas, apresentada de forma ordenada de acordo com os percentuais apurados. O modelo proposto prevê a consolidação das avaliações realizadas pelos gestores de cada área da UFT e pela Auditoria Interna.

Os valores atribuídos pelos gestores em nível estratégico e tático serão convertidos em porcentagem do referencial máximo de pontuação, no caso, o grau 3 multiplicado por 18, ou seja, pela quantidade total de afirmativas.

$$\text{Grau de risco GESTOR (\%)} = (\text{Total apurado} \times 18) / 100 \quad (1)$$

Por sua vez, o procedimento de avaliação pela equipe da Auditoria Interna ocorrerá com base nas questões expostas na seção 7.4, sendo que o somatório alcançado com a análise do auditor será acrescentado ao somatório alcançado pela análise dos membros da equipe de apoio e o resultado dividido por 3, ou representa o número de indivíduos que responderam ao questionário. Cabe ressaltar que o total de pontos possíveis era 100, o que facilita a conversão do resultado para porcentagem, pois será o mesmo valor obtido em cada um dos questionários.

$$\text{Grau de risco AUDIN (\%)} = (\text{Valor do Auditor} + \text{Valor da Equipe}) / 2 \quad (2)$$

Uma vez concluídas as etapas (1) e (2), temos os elementos para o cálculo da média aritmética ponderada final:

$$\text{Média final} = (\text{Grau de risco G.E. (\%)} \times 2,5 + \text{Grau de risco G.T. (\%)} \times 1,5 + \text{Grau de risco Audin (\%)} \times 6) / 10 \quad (3)$$

Ressalte-se que os pesos das avaliações foram atribuídos de acordo com as seguintes premissas:

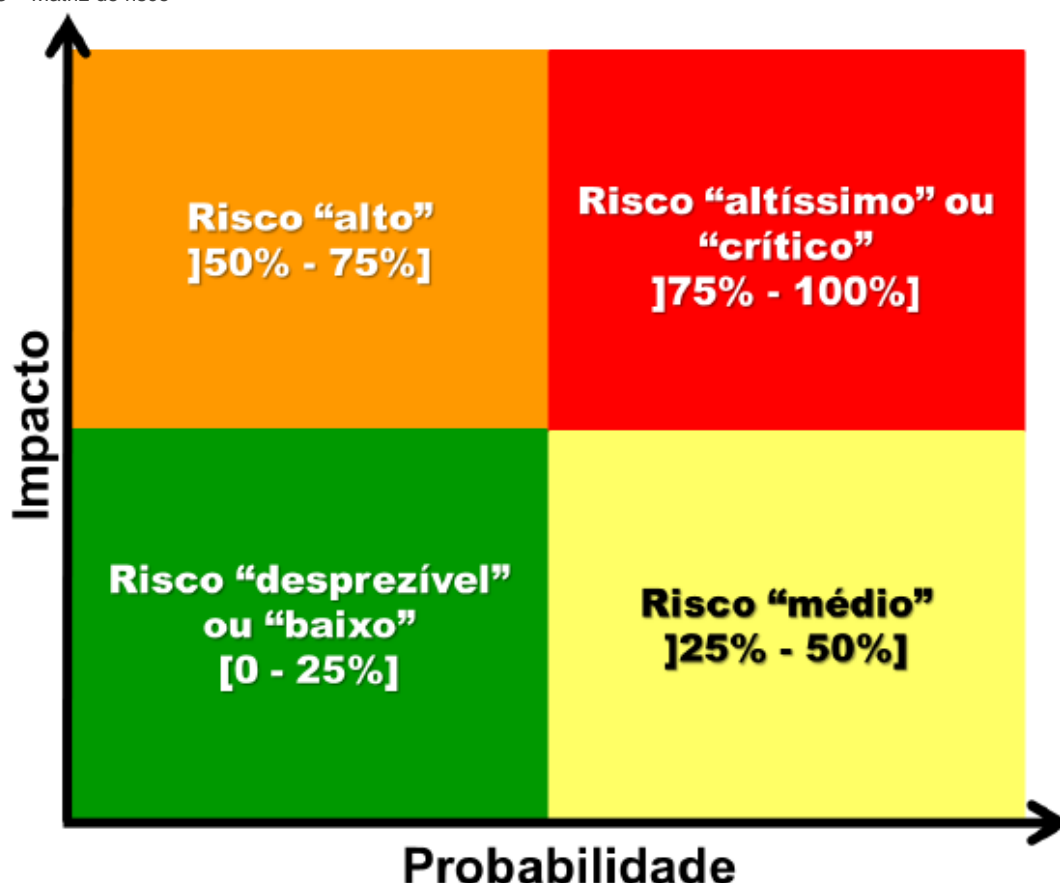
- **Avaliação dos gestores** - obtida por entrevista conduzida pela Audin, pressupondo-se que ele não dispõe do embasamento teórico necessário para a atribuição de pontos sem auxílio. Portanto, vale **peso 2,5** para os gestores estratégicos, **peso 1,0** para os gestores táticos e **peso 0,5** para os gestores operacionais, por vivenciar a rotina da atividade e considerar outros aspectos de um mesmo fato, embora não seja um especialista em controles internos; e
- **Avaliação do auditor** - vale **peso 6**, por ser um especialista em controle interno e por deter visão holística da instituição.

Dessa forma, a média aritmética ponderada possibilitará ordenar as áreas segundo o grau de risco, pois quanto maior for o percentual calculado, mais vulnerável será determinada unidade administrativa, exigindo, portanto, maior atenção aos processos sob a sua responsabilidade. Além disso, a matriz demonstrará se o grau de risco das áreas é baixo ou desprezível, médio, alto ou altíssimo (crítico).

É pertinente salientar que, na teoria, a análise de determinado risco considera o impacto e a probabilidade associados ao evento específico, nos moldes dos eixos x e y de um plano cartesiano. Todavia, em razão de a metodologia ora proposta tratar da avaliação de fatores tais como ambiente, controles internos, informação, comunicação, optou-se pela utilização das gradações da escala de Likert, cujo aspecto também é mais simples e didático no julgamento das questões.

Sendo assim, não se pretende posicionar o valor resultante da média ponderada das avaliações dos gestores e da Auditoria Interna nas coordenadas do plano cartesiano (probabilidade x impacto), mas sim classificar as áreas do maior para o menor grau de risco, bem como adotar os intervalos e cores descritos no gráfico a seguir:

Figura 3 – Matriz de risco



Fonte: Audin UFABC

Portanto, deverão ser priorizadas as áreas que apresentaram o maior grau de risco, de modo a proporcionar um melhor embasamento para a definição das ações constantes do PAINT/2019.

A matriz de risco apresentada a seguir reflete a realidade das áreas cujos gestores responderam ao questionário proposto pela equipe de auditoria interna e os que não apresentaram manifestação estão destacados e tiveram sua pontuação aumentada de acordo com os indicadores aplicados, tendo em vista que há o entendimento de que a ausência de resposta leva a uma diminuição do nível de risco hierarquizado, fazendo com que esta área não seja contemplada com trabalhos de auditoria. Deixaram de apresentar manifestação as seguintes unidades: Superintendência de Tecnologia da Informação – STI; Ouvidoria Geral; Campus de Araguaína; Campus de Palmas e Campus de Porto Nacional.

Figura 4 – Tabela das áreas de risco

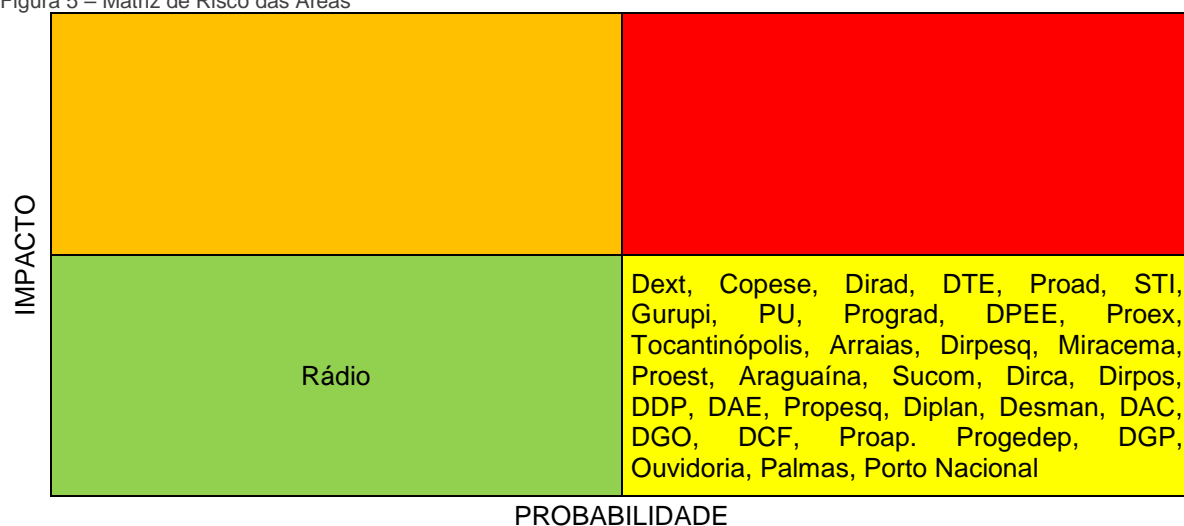
ÁREA	GRAU DE RISCO NA VISÃO DO GESTOR	GRAU DE RISCO NA VISÃO DA AUDIN	GRAU DE RISCO MÉDIA PONDERADA
DIRETORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - DEXT	29,01%	62,00%	48,80%
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE	7,41%	75,00%	47,96%
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - DIRAD	23,46%	64,00%	47,78%
DIRETORIA DE TECNOLOGIAS	15,43%	69,00%	47,57%

AUDITORIA INTERNA

EDUCACIONAIS - DTE			
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PROAD	10,49%	67,00%	44,40%
SUPERINTENDENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI	0,00%	73,00%	43,80%
CAMPUS DE GURUPI	16,05%	61,00%	43,02%
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU	6,79%	67,00%	42,92%
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD	11,73%	63,00%	42,49%
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO - DPEE	22,22%	55,00%	41,89%
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS - PROEX	15,43%	59,00%	41,57%
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS	14,81%	58,00%	40,73%
CAMPUS DE ARRAIAS	12,35%	58,00%	39,74%
DIRETORIA DE PESQUISA - DIRPESQ	4,32%	63,00%	39,53%
CAMPUS DE MIRACEMA	11,73%	58,00%	39,49%
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - PROEST	5,56%	61,00%	38,82%
CAMPUS DE ARAGUAÍNA	0,00%	63,00%	37,80%
SUPERINTENDENCIA DE COMUNICAÇÃO - SUCOM	18,52%	50,00%	37,41%
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO - DIRCA	20,99%	48,00%	37,20%
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - DIRPOS	20,99%	48,00%	37,20%
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - DDP	19,14%	49,00%	37,05%
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - DAE	8,02%	56,00%	36,81%
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESQ	4,32%	58,00%	36,53%
VICE REITORIA	6,17%	54,00%	34,87%
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO - DIPLAN	4,32%	54,00%	34,13%
DIRETORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA, SERVIÇOS CONTINUADOS, MANUTENÇÃO PREDIAL E EQUIPAMENTO - DESMAN	22,84%	40,00%	33,14%
DIRETORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E AÇÕES AFIRMATIVAS - DAC	28,40%	35,00%	32,36%
REITORIA	5,56%	49,00%	31,62%
DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - DGO	9,88%	45,00%	30,95%
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - DCF	29,63%	31,00%	30,45%
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO - PROAP	3,70%	47,00%	29,68%
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - PROGEDEP	7,41%	44,00%	29,36%
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - DGP	16,67%	37,00%	28,87%
OUVIDORIA GERAL	0,00%	48,00%	28,80%
DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS - DAP	5,56%	41,00%	26,82%
CAMPUS DE PALMAS	0,00%	43,00%	25,80%
CAMPUS DE PORTO NACIONAL	0,00%	42,00%	25,20%
DIRETORIA DA RADIO - DRADIO	12,35%	29,00%	22,34%

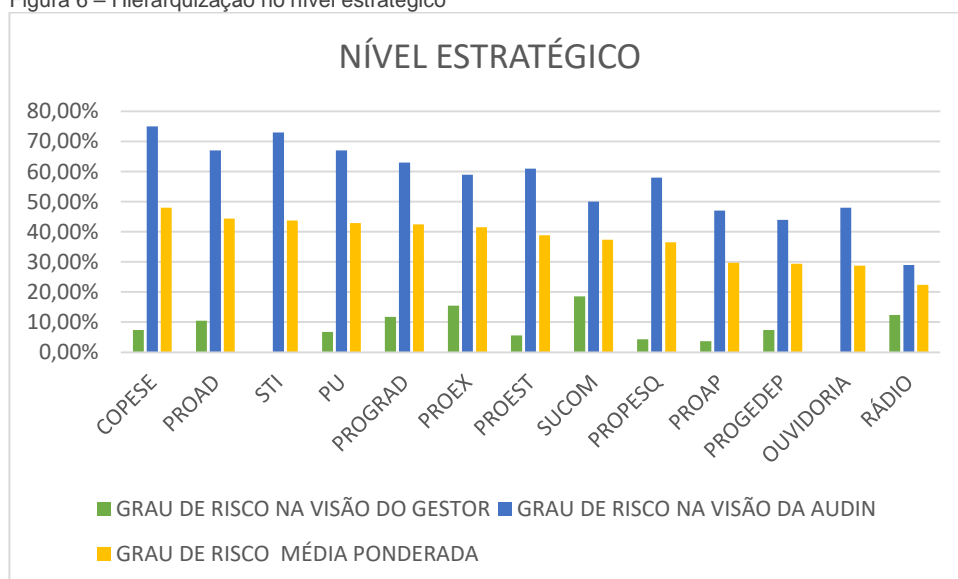
Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Figura 5 – Matriz de Risco das Áreas



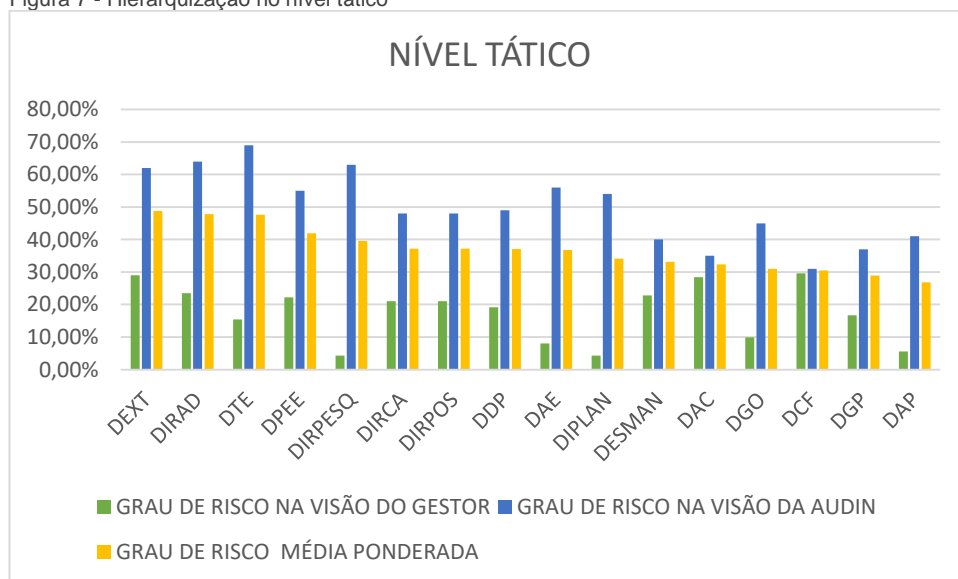
Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Figura 6 – Hierarquização no nível estratégico



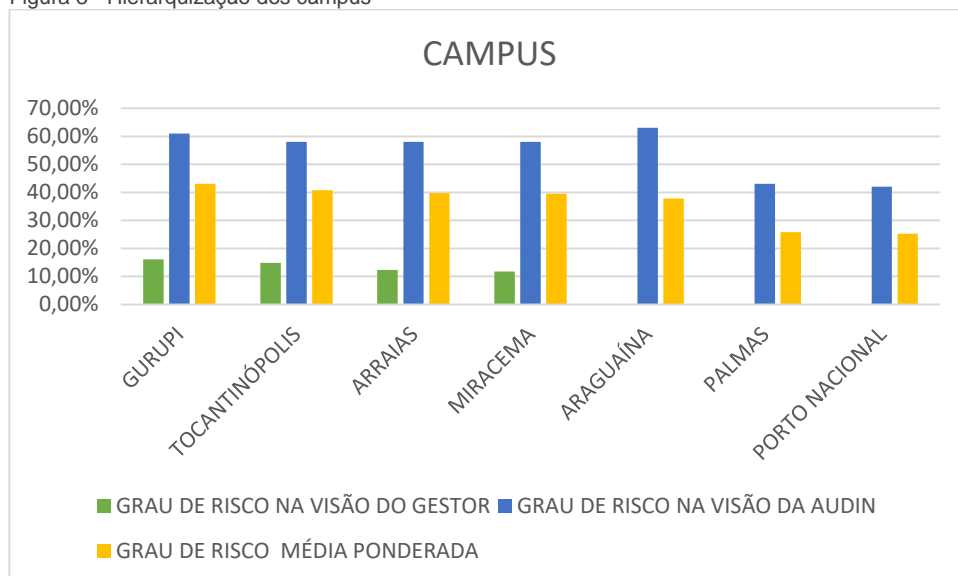
Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Figura 7 - Hierarquização no nível tático



Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Figura 8 - Hierarquização dos câmpus



Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Para a seleção das áreas a serem auditadas, é utilizado também o estoque de recomendações, que é alimentado com recomendações dos órgãos de controle interno, externo e Audin, que foram emitidas desde o exercício de 2013. A classificação é feita com a utilização dos parâmetros de probabilidade e impacto, de acordo com a tabela abaixo:

Figura 9 – Escalas de probabilidade e impacto

Escala de Probabilidades		Escala de Impactos	
Nível	Descritor	Nível	Descritor
5	Quase certo	16	Catastrófica
4	Provável	8	Maior

3	Possível	4	Moderada
2	Improvável	2	Menor
1	Raro	1	Insignificante

Fonte: Audin/UFABC

A partir das escalas acima, é calculado o nível de risco (NR), que pode variar de 1 – risco baixo a 80 – risco altíssimo, de acordo com o resultado do cálculo:

$$NR = P \times I$$

Onde:

NR - nível de risco

P – probabilidade

I – impacto

Figura 10 – Escala de nível de risco

5	5	10	20	40	80
4	4	8	16	32	64
3	3	6	12	24	48
2	2	4	8	16	32
1	1	2	4	8	25
P X I	1	2	3	4	5

LEGENDA	
	risco baixo
	risco médio
	risco alto
	risco altíssimo

FONTE: AUDIN/UFABC

De acordo com a escala utilizada, a probabilidade é analisada também sobre os aspectos de relevância e criticidade e o impacto, sobre a materialidade. Assim, o estoque de recomendações ficou hierarquizado, por assunto, da seguinte maneira:

Figura 11 – Hierarquização por assunto do estoque de recomendações

ASSUNTO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESULTADO
REGIMENTO UFT	5	8	40
FUNDAÇÃO DE APOIO	4	8	32
TI	4	8	32
PROGRAMAS DE EXTENSÃO	4	8	32
GOVERNANÇA NAS AQUISIÇÕES	4	8	32
DTE/UAB	4	8	32
SERVIÇOS OFERTADOS À COMUNIDADE ACADÊMICA	4	8	32
AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE PESSOAS	4	8	32
CARGA HORÁRIA DOCENTE	4	8	32
TRANSPARÊNCIA DAS ATIVIDADES DOCENTES	4	8	32
CPPD	4	8	32
RU	3	8	24
PNAES	3	8	24
PROGRESSÃO POR MÉRITO/CAPACITAÇÃO	3	8	24
COMPRAS	3	8	24

COMPATIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA	4	4	16
PGLS	4	4	16
MATURIDADE GR	2	8	16
GECC	4	4	16
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	4	4	16
ACUMULAÇÃO DE CARGOS	4	4	16
BOLSA PERMANÊNCIA	3	4	12
PATRIMÔNIO	3	4	12
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	3	4	12
PET E PQ	3	4	12
REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA	3	4	12
CGTI	3	4	12
RESIDÊNCIA MÉDICA	3	4	12
CESSÃO DE SERVIDORES	3	4	12
DIÁRIAS	2	4	8
FROTA	2	4	8
ALMOXARIFADO	3	2	6
SPIUNET	3	2	6
LAI	2	2	4

Fonte: Produzido pela Audin/UFT, com informações do estoque de recomendações e sistema monitor

Figura 12 – Matriz de risco por assunto de recomendações emitidas

5				REGIMENTO UFT	
4			PGLS, GECC, D.E., ACUMULAÇÃO DE CARGOS	FUNDAÇÃO DE APOIO, T.I., PROGRAMAS DE EXTENSÃO, GOVERNANÇA NAS AQUISIÇÕES, DTE/UAB, SERVIÇOS OFERTADOS À COMUNIDADE ACADÊMICA, GOVERNANÇA DE GESTÃO DE PESSOAS, CARGA HORÁRIA DOCENTE, TRANSPARÊNCIA DAS ATIVIDADES DOCENTES, CPPD	
3		ALMOXARIFADO, SPIUNET	BOLSA PERMANÊNCIA, PATRIMÔNIO, CONTRATOS, PET E PQ, CGTI, RESIDÊNCIA MÉDICA, CESSÃO	R.U., PNAES, PROGRESSÃO, AQUISIÇÕES	
2		LAI		MATURIDADE DA GR	
1				DIÁRIAS, FROTA	
P x I	1	2	3	4	5

Fonte: Produzido pela Audin/UFT, com informações do estoque de recomendações e sistema monitor

Ao fim da aplicação da metodologia utilizada para hierarquizar as áreas e os assuntos de risco, é possível verificar que nenhuma das áreas apresentou os riscos altíssimo e alto, apesar de algumas áreas terem permanecido no limite entre o risco médio e alto; e apenas uma área apresentou o risco baixo. Esse fato leva a crer que as áreas estão tomando medidas para mitigar seus riscos e melhorar os controles. Dentre os assuntos com risco mais elevado (altíssimo) estão regimento da universidade, fundação de apoio, programas de extensão, governança nas aquisições, DTE/UAB, serviços ofertados à comunidade acadêmica (assunto tratado no Acórdão nº 55/2015 – TCU-P), carga horária docente, transparência das atividades docentes, CPPD, R.U., progressões e aquisições; e nenhum assunto atingiu o nível baixo de risco.

5. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
01	Monitoramento das recomendações citadas nos relatórios da CGU, do Sistema Monitor, das demandas do TCU e da Audin	4 – Políticas de Gestão	Os apontamentos e recomendações feitos pelos órgãos de controle são de fundamental importância para a melhoria dos procedimentos administrativos envolvidos no controle das aplicações dos recursos públicos, além de auxiliar na hermenêutica dos diplomas legais bem como na aderência à legislação vigente.	TCU, CGU-TO e Audin	Acompanhar os atos dos gestores no tocante ao atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle durante o exercício e também verificar as ações que estão sendo desenvolvidas para cumprir o que foi proposto no PPP. Verificar falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas do PPP para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria.	Verificar as falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas no plano de providências para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria	Permanente	Todas as unidades que forem citadas nos relatórios
02	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIANT/2018	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Relatório elaborado sem a devida clareza e objetividade, dificultando o entendimento da real situação em que se encontra a Instituição, não evidenciando se os controles internos administrativos são adequados e se os recursos públicos estão sendo devidamente aplicados. Para o administrador público, o relatório é um importante instrumento auxiliar de gestão, na medida em que pode ajudar a entidade a alcançar suas metas, proporcionando-lhe	CGU	Expor as atividades de auditoria que foram realizadas durante o exercício equivalente e seus achados, a eficácia dos resultados alcançados, as justificativas apresentadas quanto às pendências existentes e as recomendações e sugestões apresentadas aos centros de custos com vistas a melhorar as atividades administrativas. Contribuição da Unidade	Detalhar os trabalhos de auditoria desenvolvidos de acordo com o que estava previsto no PAINT/2016 e as auditorias especiais que (se) foram realizadas e, ainda, demonstrar as atividades de acompanhamento preventivo e assessoria à gestão desenvolvidas durante o exercício abrangido pelo relatório.	02 a 31 de janeiro de 2019 (22 dias úteis)	Audin

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
			informações, análises e recomendações, facilitando o processo de gestão. Para a CGU-TO, permite avaliar o trabalho desenvolvido pela Unidade de Auditoria Interna.		de Auditoria Interna na prevenção de irregularidades e impropriedades.			
03	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2020	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	<p>Descumprimento dos normativos que regem a elaboração do planejamento das atividades da Audin.</p> <p>O PAINT é a ferramenta utilizada pelo gestor e pela CGU para acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pela equipe da Audin</p>	CGU	<p>Planejar e organizar por área os trabalhos de auditoria a serem realizados durante o exercício de 2018, utilizando a matriz de risco elaborada com a metodologia da ABR e sob os critérios da materialidade, relevância e criticidade.</p> <p>Elaborar um planejamento de auditoria de acordo com a legislação vigente, observando as áreas que possuem grau de risco mais elevados.</p>	Analisar o PDI da instituição, os resultados obtidos no exercício anterior, a matriz de riscos elaborada e o estoque de recomendações e aplicar a metodologia da ABR para estabelecer as ações que serão desenvolvidas no exercício subsequente.	02 de setembro a 31 de outubro de 2019 (44 dias úteis)	Audin
04	Transferência de recursos para a Fundação de apoio	4 – Políticas de Gestão	A utilização da fundação de apoio como suporte para execução de recursos financeiros que são transferidos pelas universidades tem sido assunto relevante em todo o país, devido principalmente à fragilidade e até mesmo à falta de controles específicos e suficientes para mitigar os riscos do processo que vai desde a transferência do recurso para a fundação até a comprovação do cumprimento do objeto e a	Audin	<p>Analisar todo o processo de transferência de recursos para a fundação de apoio, que vai desde a formalização do processo de contratação da fundação, passando pela execução do processo, entrega do objeto e apresentação e aprovação da prestação de contas.</p> <p>Espera-se, com isso, fornecer recomendações que sejam capazes de fortalecer os controles,</p>	Verificar um projeto no qual houve a transferência de recursos para a fundação de apoio, analisando todo o processo, desde a concretização do contrato até a entrega do objeto e a apresentação e aprovação da prestação de contas.	01 de julho a 30 de setembro de 2019 (66 dias úteis)	Proad

AUDITORIA INTERNA

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
			prestação de contas. A unidade responsável pela concretização desse tipo de transferência na universidade é a Proad, que obteve 44,4% de grau de risco, ficando no quinto lugar das áreas com risco mais elevado na hierarquização realizada pela aplicação da ABR.		mitigar os riscos e corrigir falhas pontuais que possam prejudicar o atingimento do objetivo do processo.			
05	Programa de integridade	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Apesar de o assunto não ter apresentado risco elevado, considerou-se relevante a realização da atividade tendo em vista a importância da instituição do programa para a gestão da universidade.	Audin	Verificar e avaliar a implantação do programa de integridade na universidade com a finalidade de identificar as boas práticas de governança que estão sendo desenvolvidas no âmbito da instituição.	Verificar como se deu a implantação do programa de integridade na instituição e analisar como ele tem contribuído para a melhoria da governança na universidade.	01 de novembro a 13 de dezembro de 2019 (30 dias úteis)	Proap
06	Carga horária e transparência das atividades docentes	3 – Políticas Acadêmicas	O descumprimento pelos docentes da carga horária de aulas e a consequente ausência de transparência das atividades desenvolvidas pode trazer prejuízos aos estudantes da instituição, acarretando um ensino de pouca qualidade e a queda nos indicadores de desempenho da universidade. Além disso, a Prograd apresentou 42,49% de risco quando da aplicação da ABR e o assunto referente à carga horária e à transparência das atividades	Audin	Analisar o cumprimento da carga horária dos docentes nos diversos cursos da universidade, a fim de verificar sua adesão aos normativos existentes bem como o grau de transparência das atividades desenvolvidas. Fortalecimento dos controles internos, adequação das rotinas aos normativos existentes, mitigação dos riscos e correção de possíveis falhas no controle da transparência e da carga horária dos docentes.	Verificar se a universidade realizou as adequações que foram recomendadas pela CGU quanto à regularização dos normativos referentes à carga horária docente e analisar o cumprimento da carga horária e como se dá a transparência para as atividades docentes.	01 de fevereiro a 18 de abril de 2019 (50 dias úteis)	Prograd

AUDITORIA INTERNA

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
			docentes apresentou grau de risco altíssimo.					
07	Auxílio moradia	3 - Políticas Acadêmicas	Os auxílios ofertados aos estudantes por meio do PNAES têm como principal objetivo contribuir para a manutenção do discente na universidade e favorecer a formação acadêmica, principalmente daqueles que apresentam vulnerabilidade socioeconômica. Com a aplicação da metodologia da ABR, a Proest apresentou risco médio, de 38,82% mas o assunto PNAES apresentou risco altíssimo, sendo assim considerado relevante não somente pela sua criticidade mas também pela materialidade dos recursos específicos destinados à universidade para o programa.	Audin	Analisar o montante de recursos que é destinado ao pagamento de auxílio moradia para os estudantes considerados vulneráveis e como se dá a seleção dos estudantes. Fortalecimento dos controles internos, adequação das rotinas aos normativos existentes, mitigação dos riscos e correção de possíveis falhas no controle da concessão do benefício.	Analisar os editais de seleção para a concessão do benefício do auxílio moradia para os estudantes vulneráveis e verificar sua eficácia.	06 de maio a 28 de junho de 2019 (37 dias úteis)	Proest
08	Central de estágios	3 – Políticas Acadêmicas	A realização de estágio pelos estudantes da graduação é de fundamental importância para que eles possam vivenciar como podem aplicar os conhecimentos adquiridos no curso. Desenvolver trabalhos de auditoria nas áreas-fim pode trazer benefícios para a instituição por conseguir	Audin	Oferecer opinião sobre os programas de estágio desenvolvidos na universidade e como eles têm colaborado para a formação dos acadêmicos e verificar a aderência aos normativos atuais e vigentes para o assunto.	Verificar a aderência aos normativos vigentes referentes ao estágio obrigatório; analisar como é feito o acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas tanto pela universidade quanto pelo supervisor na empresa ou órgão em que a atividade é desenvolvida.	03 de junho a 30 de julho de 2019 (40 dias úteis)	Campus de Palmas e Campus de Arraias

AUDITORIA INTERNA

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
			<p>apontar as falhas dos controles e oferecer recomendações que sejam capazes de aprimorar os processos e colaborar para a eficácia dos serviços prestados à comunidade acadêmica.</p> <p>O campus de Arraias apresentou índice de risco médio, assim como a maioria das unidades e por isso foi selecionado para receber os trabalhos de auditoria e o campus de Palmas, apesar de ter apresentado um índice de risco mais baixo, foi selecionado por sua proximidade com a Reitoria e por não ter apresentado resposta ao questionário de hierarquização.</p>					
09	Regimento da Audin	2 – Desenvolvimento Institucional	A falta de atualização do regimento da auditoria interna leva a utilização de normativos arcaicos que não condizem com a realidade da unidade e tão pouco com as normas internacionais de auditoria interna	Audin	Atualizar o Regimento da Auditoria Interna com base nos novos normativos que foram editados nos últimos exercícios	Verificar os novos normativos que foram expedidos desde a aprovação do regimento da auditoria interna e promover a atualização, deixando-o em conformidade com os princípios e normas internacionais de auditoria	01 a 26 de fevereiro de 2019 (15 dias úteis)	Audin

6. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PREVISTAS

A realização das atividades de auditoria interna requer uma constante capacitação dos servidores que as executam, a fim de garantir que os trabalhos possuam um embasamento teórico capaz de oferecer aos gestores assessoramento, opiniões e recomendações consistentes e eficientes para colaborar com a mitigação dos riscos e com o aperfeiçoamento dos controles internos.

A seguir são apresentadas as ações de capacitação previstas para os servidores lotados na auditoria Interna para o exercício de 2019.

Figura 13 – Previsão de ações de capacitação – Audin/UFT

Ação prevista	Origem da demanda	Justificativa	Cronograma	Local	Servidor - Hora
Participação no Fórum Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas Vinculadas ao MEC – FONAI	MEC/AUDIN	Treinamento e integração dos servidores das auditorias internas das instituições federais vinculadas ao MEC	Maio e novembro de 2019	A definir	4 servidores – 160h
XXIV Congresso Latino-americano de Auditoria Interna	AUDIN	Treinamento e integração dos servidores das auditorias internas.	Outubro de 2019	A definir	2 servidores – 48h
Semana Orçamentária	AUDIN	Capacitação dos servidores da auditoria interna	A definir	A definir	2 servidores – 80 horas
14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	AUDIN	Capacitação dos servidores da auditoria interna	18 a 21 de março de 2019	Foz do Iguaçu – PR	2 servidores – 48 horas
3º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições	AUDIN	Capacitação dos servidores da auditoria interna	26 a 28 de agosto de 2019	Foz do Iguaçu – PR	2 servidores – 48 horas

Fonte: elaborado pela Audin com base nas necessidades de capacitação dos servidores da unidade

Palmas, 29 de outubro de 2018.

KARINA MOSEL PAIXÃO
Coordenadora de Auditoria Interna